

**PEDIDO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL**

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Penafiel

ENTIDADE REQUERENTE

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

NIF: _____

Contacto telefónico: _____

E-mail: _____

REPRESENTANTE

Nome: _____

NIF: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Documento de Identificação: BI CC

Número: _____

Validade: _____

Contacto telefónico: _____

E-mail: _____

Qualidade de: Mandatário Sócio Gerente Administrador Procurador Outra: _____**OBJECTIVO DO REQUERIMENTO**

Vem, na qualidade de _____, requerer a V. Ex.^a a emissão de certidão comprovativa do reconhecimento do interesse municipal da operação a seguir descrita, a realizar no prédio localizado em _____, na freguesia de _____, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º _____ e inscrito na matriz sob o artigo _____.

Operação urbanística a realizar no prédio acima descrito:

Instalação, construção ou legalização de edifícios-sedes e similares das associações sem fins lucrativos;

Pede deferimento,

Data: _____ O requerente: _____

Autorizo a utilização dos contactos telefónico e e-mail para o envio de informações e notificações relativamente a este processo.

DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O PEDIDO:

- Requerimento **DUGT 1.126**;
- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização do pedido ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação;
- Indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial referente ao prédio ou prédios; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial;
- Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respetivas plantas de condicionantes, e da planta síntese do loteamento, se aplicável;
- Extratos das plantas do plano especial de ordenamento do território, se aplicáveis;
- Planta de localização e enquadramento à escala 1:25 000;
- Planta com a delimitação da área do edificado à escala 1:10 000 ou outra considerada adequada;
- Planta cadastral;
- Memória descritiva com a identificação da proposta e atividades exercidas no âmbito da sua esfera de ação, a superfície total do terreno afeta às atividades, área total de implantação e construção, caracterização física dos edifícios, visando o reconhecimento do interesse municipal pela Câmara;
- A indicação do fundamento da desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, assim como dos impactes da manutenção da atividade
- A caracterização dos métodos e sistemas disponíveis ou a implementar para valorização dos recursos naturais em presença, incluindo medidas de minimização e de compensação de impactes
- A explicitação das medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactes ambientais, incluindo eventuais práticas disponíveis ou a implementar para atingir níveis de desempenho ambiental adequados, designadamente nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar.